



HÚMUS: ECO-LINGUAGENS NA ÉPOCA DO COLAPSO

Teresa Moure (Universidade de Santiago de Compostela - Galiza)

Resumo: Na nossa época o colapso está a assomar as orelhas: quando a emergência climática tinha conseguido algum protagonismo entre os problemas mais urgentes da humanidade e o peak oil anunciava o fim da carbonização da economia, uma epidemia veio bater no nosso modo de vida. Entretanto, os discursos ecológicos continuavam a multiplicar as suas diferenças: da Ecologia Profunda à Dark Ecology, passando pelas derivas de orientação socialista, anarquista ou feminista, os debates multiplicaram-se nos últimos anos. Num tal contexto, a sessão que nos ocupa abre-se para uma análise ontológica comprometida com a alteridade e a diversidade. Tentaremos, em primeiro lugar, comparar as distintas aproximações filosóficas vigentes sobre a natureza no relativo aos seus discursos. Em segundo lugar, defenderemos que todas elas remetem para um pequeno problema de natureza linguística, apenas um assunto de tradução. Descartes escreveu “Cogito ergo sum”, e a sua famosa frase foi traduzida como como “Penso logo existo”. Não há qualquer problema nisso, mas cogito também é a raiz latina de cuidado. A nossa sociedade seria diferente se o cogito cartesiano tivesse sido interpretado neste segundo sentido. Cuido logo existo poderia ser a palavra de ordem apropriada para um mundo novo, visto que enuncia a atividade que nos dá maiores satisfações e que mais nos humaniza; também a única realmente (eco)lógica perante a catastrófica situação atual. Finalmente, enunciaremos o modelo que chamo de Húmus. A partir de uma comparação das gramáticas ocidentais com outras cosmovisões ainda presentes no planeta, talvez seja possível rebaixar a arrogância do penso e formular o cuidado.

Palavras-chave: Ecologia. Húmus. Cuidado.

1. Introdução

Durante anos, trabalhar em Ecolinguística era uma excentricidade. Frequentemente, colegas instalados em campos mais tradicionais ironizavam: estávamos a sucumbir perante uma moda. A perspetiva talvez tenha mudado porque hoje a Ecologia suscita maior interesse. Dizem que foi uma

rapariga chamada Greta Thunberg quem modificou a agenda. Em 2018, com quinze anos, provocava uma incipiente organização da juventude para chamar a atenção dos governos sobre os efeitos da mudança climática. Obviamente, o movimento verde estava presente dantes, mas discorria fora de foco, em paralelo, com um ar transgressor que o afastava da normalidade. Na nossa época o colapso começa a assomar as orelhas: quando a emergência climática parecia um dos problemas mais urgentes da humanidade e o *peak oil* anunciava o fim da carbonização da economia, uma epidemia veio bater no nosso modo de vida. Entretanto, os pensamentos ecológicos não só têm problemas para chegar ao público, mas também acusaram as suas diferenças. Neste ponto faz sentido propor uma análise ontológica comprometida com a alteridade e a diversidade. Tentaremos aproximar-nos das diferentes óticas do pensamento ecológico e dos seus discursos a enunciar o conceito de *Húmus*. A partir de uma análise comparativa entre diversas cosmovisões linguísticas no planeta, talvez seja possível rebaixarmos a nossa arrogância antropocêntrica, a que causou o desastre ecológico em que nos mergulhamos.

2. As bases para a crítica ecológica

A Ecologia implica respeitar todos os seres vivos e mesmo entidades não vivas – a limpeza das águas e do ar, o caminho marcado pelo curso dos rios ou as peculiaridades do território e da paisagem. Esse respeito exige tomar conta do discurso com perspectiva crítica. Sabemos isso. Sabemos que os movimentos sociais – antirracistas, feministas ou na defesa dos direitos do coletivo LGBT – só se iniciaram quando determinadas palavras foram colocadas em quarentena. Como parte desta sensibilidade eu, que moro num país rural, tenho criticado a expressão *recursos naturais*: por muito que pareça inócua, coloca na nossa boca a natureza como se fosse uma pura matéria com que satisfazer interesses económicos, sendo estes por definição exclusivos dos seres humanos –ou, melhor dito, de alguns deles. A análise dos discursos mostra, no entanto, como o ativismo ecológico convive habitualmente com uma versão suavizada que visa conseguir maior popularidade. Para defender a selva amazónica, por exemplo, costuma argumentar-se que a perda da floresta determinaria o desaparecimento de princípios medicinais eventualmente úteis para curar algumas doenças. Tal pensamento, assim formulado, prediz que não nos interessa, na realidade, destruir a Amazônia. Então, se nos interessasse, seria lícito destruí-la? Podemos dispor da natureza ao nosso bel-prazer?

Hoje somos cientes de que a fiabilidade de qualquer enunciado depende de fatores tão suspeitos como a autoridade de quem o emita ou o contexto; daí que acharmos tal irregularidade na argumentação ética nos desconcerte. E os enunciados com conteúdos ecológicos multiplicam a nossa desorientação: as tecnologias médicas – em particular a hipótese de intervirmos no material genético para induzir mudanças em seres ainda não nascidos – desafiam-nos porque deixámos de saber o que é natural e que não é. Pior ainda, qualificar qualquer coisa de *natural* é perigoso. Com frequência foram louvadas naturalidades que eram pura ideologia: a superioridade da raça ariana ou do género masculino foram consideradas naturais. O termo *natureza* deveria ir sempre entre aspas: é uma produção tecnológica da linguagem para separar-nos de todos os seres vivos e inertes que compõem a paisagem; uma metáfora do nosso distanciamento.

Todas as versões verdadeiramente ecologistas demandam uma perspectiva ecocentrada. O conceito lembra-nos que num punhado de terra existem mais organismos vivos do que seres humanos no planeta. Esses bichos diminutos são imprescindíveis para a floresta existir. A Ecologia projeta o

ECO-REBEL

seu olhar para o invisível. Exige aceitar a nossa dependência de uma miríada de forças diferentes: esses organismos que atuam como plâncton da terra, a água, o ar ou a energia solar. Obriga-nos a adotar um posicionamento humilde, uma palavra que remete em latim para *húmus*, ‘terra’. A humildade é contrária ao orgulho que as culturas humanas invocaram e claramente revolucionária, visto que Adão se apoderava da criação divina e a Filosofia ocidental se gabava da razão ou da linguagem que nos separavam do resto das criaturas. Só a palavra *húmus* nos lembra quem somos e de onde é que vimos.

A Ecologia entranha humildade e com esse tom pronuncia a palavra *natural*; nunca no sentido coercitivo de “o que deve ser feito”. Afinal, alguns segredos da família ecológica permanecem bem escondidos, como a sedução que exerceu no século XX entre nazistas e outros setores de pensamento ultraconservador. É de rigor recordar que Himmler construiu uma granja orgânica no campo de concentração de Dachau e que tanto ele como Hitler eram vegetarianos. Para contornar estes precedentes, a ecologia costuma identificar-se como um pensamento político de esquerda nascido por volta de 1970 e não um século atrás, quando o termo era usado pela primeira vez.

Durante anos, apesar do florescimento acadêmico e ativista, a sua importância política foi escassa. Para finais da década de 80, os governos dos países industrializados tiveram que entoar um *mea culpa*: uma série de encontros científicos vaticinavam as dificuldades que já estamos a experimentar. Conto isto porque vamos encontrar novos problemas discursivos. Em 1987 o famoso Relatório Brundtland instaura o *desenvolvimento sustentável*, um eufemismo para compatibilizar o crescimento económico com a urgência de pôr limites à barbárie capitalista. Dez anos depois, o Protocolo de Quioto instava a controlar os seis gases implicados no aquecimento do planeta. Era ridículo conformar-se com reduzir em 5% as emissões registadas na altura. Nem assim foi cumprido. Lá é que surgiu o ambientalismo, uma proposta administrativa e pouco sistémica para remediar os problemas do nosso relacionamento com o mundo natural. Não encorajava para uma mudança profunda na organização social; apelava-nos para sermos moderadamente razoáveis sufocando vozes dissidentes. Perante qualquer problema ecológico, tipicamente a mudança climática, as/os ecologistas representavam uma espécie de pedra no sapato que o poder queria calar com paliativos, as tais medidas de desenvolvimento sustentável.

Num sentido diferente fragua-se o ecologismo político. Procurava projetos transformadores que cresceram entreverando-se com outras forças sociais – marxismo, feminismo, pacifismo, anarquismo –. Adotava um perfil rebelde, contrário às políticas acomodadas e, ao longo dos anos, aliou-se com as alternativas mais desafiantes contra a ordem estabelecida: a contracultura, as reivindicações nacionais ou indígenas ou o movimento antiglobalização. Movia-se nas margens, embora em muitos casos erigisse organizações convencionais ou colaborasse com elas. Um dos traços filosoficamente mais interessantes de todas estas propostas é a tentativa explícita de fazer com que o ser humano abandone a sua posição central, a mesma deslocação que encontramos noutras tendências pós-modernas, abertas à alteridade e a pluralidade. É lógico que a Ecologia questione a ciência mecanicista e as suas consequências porque não aceita que o mundo esteja feito em exclusivo para os seres humanos e, em consequência, sustem que a opulência material nem é desejável nem pode manter-se. Toda esta análise era ignorada pelas medidas ambientalistas que se contentavam com uma visão tecnocrática: uma economia próspera, sustentada por uma tecnologia eficiente e produtora de uma opulência mais limpa.

Não seria difícil rastrear as diversas opiniões alternativas que alguns pensadores, de Porfírio a Rousseau, ou de Spinoza a Adorno, tiveram sobre a natureza. Com a erudição suficiente, sempre

ECO-REBEL

podem encontrar-se delicados fragmentos onde a filosofia ocidental questiona o nosso relacionamento com o entorno. Porém esta tradição, segurada à religião, estabeleceu um abismo entre a espécie que pensa e todas as demais, colocadas sob o seu poder.

Foi o biólogo e naturalista alemão Ernst Haeckel (1834-1919) quem acunhou o neologismo *Oekologie* para descrever uma nova disciplina que estudaria os organismos e os seus ambientes. Influído pelo darwinismo, pretendia superar o clássico inventário das características de cada um dos seres vivos, para incluir os relacionamentos que mantêm. Não conseguiu ser referencial e o termo iria experimentando muitas variações – quer tratar as condições de saúde e bem-estar para a vida humana, quer incluir a História natural, quer tornar-se numa rama da Filosofia. Nesse contexto filosófico encontramos três grandes aproximações:

- a) A Ecologia profunda, elaborada pelo norueguês Arne Naess, sob a influência de diversas tradições orientais, propõe que os seres humanos não intervenham em absoluto sobre a natureza, substituindo o princípio biológico da luta pela vida pelo *vive e deixa viver*. Na linha de Thoreau ou de Tolstói, procura um bom viver onde os seres vivos e a paisagem estão entrelaçados num futuro comum harmônico: se alterarmos as condições, Gaia, a Terra, tentará eliminar-nos com mecanismos como a elevação da temperatura. Apesar de ser o primeiro corpus ecologista deliberadamente constituído, não usa o conceito político de classe nem a diferença norte-sul, resultando pouco operativo.
- b) Ecosocialismo e Ecologia social: A tradição socialista produz uma crítica contundente do capitalismo cujos textos são hoje legíveis em chave ecológica. Persegue a justiça social como objetivo primordial contornando o espiritualismo de Naess. Apesar de que o produtivismo acompanhou o socialismo real, as análises de Marx em favor de uma silvicultura responsável, alheia às pressas capitalistas são um precedente desta via. Também a cúpula bolchevique assumiu que a destruição da natureza provocaria uma catástrofe social. Só décadas mais tarde, em finais do século XX, temos uma explosão bibliográfica que relaciona a tecnologia capitalista e a degradação ambiental e fala do consumismo como uma ideologia. Em 2001, o *Manifesto Ecosocialista* de Michael Löwy e Joel Kovel, participantes na Quarta Internacional, une-se à revitalização dos partidos verdes na Europa. A Constituição do Equador recolherá os direitos da natureza (a *pachamama*) e em 2009 Bolívia declara-se oficialmente ecosocialista. Em paralelo, o anarquista Murray Bookchin influi em diversos projetos locais de ecoaldeias ou em organizações animalistas.
- c) Ecofeminismo: Partindo de que uma mesma lógica de domínio que oprime as mulheres e a natureza, surge uma tradição feminista, representada por autoras como Vandana Shiva, muito atenta à situação das comunidades rurais do hemisfério Sul, ao maltrato animal e aos processos de colonização. Noutros casos incide-se na relação entre as noções subalternas de classe, raça e género, revisando os privilégios de espécie e formulando uma crítica contra o feminismo branco pela sua tendência a invisibilizar outras formas de estar no mundo e a reduzir a agenda, a direitos sexuais ou reprodutivos sem olhar para questões implicadas na pobreza e discriminação de muitas mulheres no mundo, como a gestão da água.
- d) Ecologia escura: o filósofo Timothy Morton inverteu as prioridades. Com um estilo irreverente, mesmo cínico às vezes, insiste em que o fim do mundo já tem acontecido. Como humanos não temos capacidade para mudar nada: a natureza é um *hiperobjeto*, uma entidade tão imensa que mal podemos chegar a conhecer nalguma das suas dimensões. Mesmo assim, não podemos deixar de ser biosfera e o assunto centra-se em como nos sentimos ao contemplarmos a destruição real do planeta.

Estas diferentes vias não estão completamente afastadas, visto que partilham objetivos, mas põem o foco em pontos diversos até serem irreconciliáveis. Só ao analisarmos os seus discursos podemos observar esse ódio entre escolas. Quem optar pelo ecosocialismo qualificará Naess de “fundamentalista da natureza”, quem optar por vias mais espirituais chama os ecosocialistas de “melancias”: verdes por fora, mas furiosamente vermelhas por dentro. As ecofeministas são tildadas de essencialistas: as mulheres deixam de ser o *anjo do lar* para se tornarem no *anjo do ecossistema*. E assim por diante. Entretanto, os mais funestos presságios já estão a verificar-se por causa da nossa descontrolada incontinência.

3. Ecolinguagens para o cuidado

Neste contexto a ótica *eco-* em Linguística é tão sedutora quanto imprescindível para revigorar os discursos ecológicos. As línguas à nossa volta falam de *homicídio* para um delito que consiste em matar uma pessoa –sem premeditação ou outra causa agravante. A existência da palavra abre a porta ao reconhecimento de um problema social. A partir daí, foram aparecendo outras, como *suicídio*, *parricídio*, *magnicídio*, inclusive algumas muito recentes como *femicídio*, que convida a uma tomada de consciência contra a violência de género. Mas não temos palavras como *maricídio* para os desastres de barcos que, ao perderem petróleo na costa, acabam com todas as formas de vida no mar, nem *riicídio* para os casos em que uma fábrica contamina um rio, nem *montanhicídio* quando uma exploração mineira ou um sistema de transporte acabam com uma montanha ou *floresticídio* para os incêndios. Estas ausências léxicas têm uma leitura inequívoca: não pensamos em termos ecológicos. Ainda não. Não acabamos de ver a natureza inteira como protagonista do que está a acontecer e, de facto, o termo *ecocídio* mal se encontra nos discursos ativistas mais comprometidos.

O estudo das línguas proporciona extraordinários exemplos para repensar a natureza de maneiras alternativas. Costumo mencionar o exemplo do kalispel porque me fascina. Nesta língua ameríndia, falada ainda por uns poucos centos de pessoas nos estados de Idaho e Washington, não se pode dizer *lago* ou *montanha*. Não é possível conceber os elementos da natureza como objetos, segundo é habitual nas línguas indo-europeias; portanto, não os designam com substantivos, mas com verbos. Não saberia decidir se o animismo terá criado uma gramática semelhante ou se foi a gramática que produziu uma visão do mundo mais respeitosa com a natureza. Que em kalispel seja obrigatório expressar que a paisagem *lagueia* ou *montanheia* não é uma anedota; o exemplo faz com que advirtamos que o Ocidente impôs a sua ótica gramatical fazendo-a passar por universal. Quem fale uma língua onde uma montanha for vista como um objeto poderá dinamitá-la e extrair os seus minerais; quem fale uma língua onde o rio for um objeto poderá pô-lo a trabalhar movendo uma turbina. Para quem a *montanha* ou o *lago* estiverem a acontecer perante olhos humanos, a paisagem adquirirá uma dimensão ontológica. A possibilidade de prender um objeto *montanha* ou um objeto *lago* ficará fora do nível de expectativas. Sem dúvida, existe uma vinculação forte entre a conceptualização da realidade das línguas indo-europeias e o industrialismo que, não por acaso, surgiu na Europa. Observe-se que, nas línguas desta parte do mundo, o contraste entre a conceptualização de objeto e a de fenómeno sim se aprecia em outros casos. Consigo ver a água que cai do céu como um objeto – *chuva* – ou como um acontecimento – *chover* –. Porém, a que corre pelo chão só pode ser vista na minha gramática como um objeto, *rio*; não existe o verbo

ECO-REBEL

*riear, que nos teria proporcionado uma perspectiva mais ecológica. A comparação interlinguística está a demonstrar que existem línguas mais ecológicas do que outras. E, aliás, não são as ocidentais.

Vejam os outros exemplos. O Ecofeminismo assinalou que as mulheres eram reduzidas aplicando o mesmo sistema de dominação que submetia à natureza: patriarcado e capitalismo atuavam em aliança. Seguramente esta via incorreu em excessos: idealizava o princípio feminino com um bocado de essencialismo. Contudo, a sua hipótese geral pode corroborar-se com dados de línguas. Igual que as mulheres são insultadas com nomes de animais – *raposas*, *víboras* –, a natureza descreve-se habitualmente mediante termos sexuais: as reservas naturais *conquistam-se* ou *domam-se*; a fera selvagem *controla-se*, *desbrava-se* ou *doma-se*, os seus segredos são *penetrados* e o seu seio está *ao serviço do homem*. As selvas *virgens* devastam-se para se tornarem em terras *férteis*, descartando as *estéreis*. Esta linguagem que feminiza a natureza reflete uma lógica de domínio que fortalece o poder, uma violência que se projeta na natureza por considerá-la inferior. Sobre esta ética e esta estética linguística é que descansam os alicerces invisíveis do discurso da ciência moderna.

Habitamos ferozmente as palavras porque a nossa existência decorre condicionada pelo que somos capazes de nomear. Como comentava ao começo, acho que devíamos controlar as nossas metáforas. A meu ver, todas as formulações ecologistas poderiam resumir-se num pequeno problema de tradução. Descartes escreveu “*Cogito ergo sum*”, e a sua famosa frase foi traduzida como *Penso, logo existo*. Está bem. Mas *cogito* também é a raiz de *cuidar*. A nossa sociedade fosse outra se o *cogito* cartesiano se tivesse interpretado neste segundo sentido. *Cuidar, logo existo* parece um fantástico lema de vida: resume a atividade que nos dá mais satisfações e que nos humaniza; também a mais ecológica. Atender ao discurso revela uma importância e uma urgência crescentes. Os laços de parentesco dos ayllus (em território inca), por exemplo, estendiam-se até aos rios ou as árvores, entendidas como seres. Talvez vocês tenham especiais vínculos com uma montanha ou com a árvore que plantaram quando nasceu a sua filha e sejam por isso *cogitantes*, quer dizer, *cuidador@s*. Sem estender-me demasiado nesta argumentação, vou indicar ainda um par de pontos.

Acho que, de maneira geral, os seres humanos, ao termos o poder de elaborar símbolos, estamos numa posição privilegiada que usamos para reforçar as nossas vantagens. Reconstruímos a realidade criando um corpo de conhecimento onde nos vemos como figuras centrais, enquanto todo o demais é periférico e merece ser explodido. O Ocidente praticou até a saciedade este domínio, produzindo estruturas e categorias que davam relevo à espécie humana. Os diferentes pensamentos ecológicos foram destacando que nem os povos do Sul, nem as mulheres, nem os animais, nem o resto do planeta tomaram parte no processo. Não podiam. Uma perspectiva ecocêntrica é imprescindível para acabar com o capitalismo, como sugere a Ecologia social, para adotar a perspectiva pacífica da Ecologia Profunda ou para mitigar a exploração do natural que procura o Ecofeminismo. Uma perspectiva ecocêntrica dinamiza a arrogância humana. Só por estas razões já é interessante. Mas só recentemente os seres humanos descobriram outros seres à margem do seu esmagador conceito de natureza. Ora, termos como *biocêntrico* ou ecocêntrico, mais abrangente e correto, têm também algo de exagero. Seria ridículo pensar que um vírus patogénico pudesse ter para mim o mesmo direito a existir que o paciente que o leva consigo. Talvez não possa deixar de ser quem sou, uma humana. O objetivo seria não ser tranquilamente humana e boa parte da minha mente dedica-se a reprimir os excessos da minha humanidade. Preparo a compostagem. Após ter cultivado uma horta, comi os frutos e devolvo à terra os restos. Com a ajuda dos minúsculos habitantes do solo, tornam-se em alimento para a terra que, novamente, num círculo

ECO-REBEL

eterno, irá dar-me o alimento. Não se trata de um equilíbrio perfeito, mas a política da compostagem pode ajudar.

A barreira entre o humano e o animal viu-se ameaçada no século XIX ao surgir a teoria da evolução e a ideia de uma origem física, não metafísica, da humanidade. Ficámos sem pautas relativamente ao nosso lugar na natureza. A partir daí, começou a produzir-se uma expansão em movimentos concêntricos do grupo de criaturas a que nos referimos quando dizemos *nós*. Afinal, só se trata de perfilar quem consideramos parceiro no caminho. Neste sentido vou imprimir um giro na minha argumentação. Com frequência temos escutado falar na literatura ecológica de animalismo: uma postura que defende os direitos dos animais. Às vezes argumenta contra a caça ou os jogos selvagens, às vezes proíbe a ingesta de carne, às vezes liberta esses animais de recintos onde estão a ser explorados. Aliás, se o animalismo convoca tanto interesse é porque, afinal, somos animais. Acho em falta o conceito de vegetalismo, uma etiqueta que improviso para agrupar todas as inquietudes em matéria ecológica que tenham a ver com os organismos vegetais.

Dito assim pode parecer uma piada, mas não é. As diversas sensibilidades animalistas estabelecem distinções subtis e a seguir detêm os argumentos antes de chegarem a termo. Se defendemos a dignidade de uma vida animal – quer porque os animais também sentem dor, quer porque não temos direito a promover a sua escravidão – deveria traçar-se um paralelo para o caso dos vegetais. E a vida digna de um vegetal iria consistir em quê? O vegetal é, por definição, o que não pede nada. Como sempre, as línguas corroboram a argumentação: falamos de *vegetar* para aludir a uma vida sem qualidade nem interesse. Falamos de *más ervas* como se elas pudessem ter qualidades morais. Somos, mais uma vez, arrogantes. A pergunta definitiva é se os organismos vegetais podem ser tratados como objetos.

Eu já pudei árvores cujos ramos ameaçavam com entrar pela janela e vi como lhes custa repor-se de uma poda dura. Até parece que chorem: podem observar-se gotas de humidade no talo, cicatrizes perigosas que, se não se puser remédio imediato, serão penetradas pelos fungos. Uma boa jardineira sabe minimizar esses efeitos, mas nunca poria em dúvida que existem. Também devastei ao completo uma árvore por diferentes razões: porque incomodava um vizinho ou porque as suas raízes afetavam a uma parede da casa. Digo isto para clarificar que, quando me interrogo sobre a dignidade da vida vegetal, não me sinto excluída de comportamentos hipoteticamente censuráveis. Mas julgo que um tema é precisar as plantas para comer ou, inclusive, controlar o seu crescimento desmesurado que nos ameaça e outra, muito diferente, decidir que uma floresta deva perecer para construir uma torre de apartamentos. As questões relativas à propriedade decantam a minha decisão num sentido ou noutro. Imagino que esta crença me situa mais próxima do Ecologismo Socialista que da essencialidade da Ecologia profunda ou de boa parte do Ecofeminismo.

Nem sempre somos cientes de que as árvores se comunicam entre si, um tema que, como linguistas, deveria interessar-nos. Wohlleben refere um par de exemplos significativos. Um dia, passeando por um bosque, encontrou-se uma pedra coberta de musgo. Ao levantar esse invólucro exterior observou que, na realidade, não se tratava de uma pedra: era madeira. Como no solo húmido deveria ter apodrecido, o achado era inquietante. Também não conseguia arrancá-la. Raspando um pouco advertiu uma camada verde que indicava a presença de clorofila, de maneira que essa madeira tinha de estar viva: correspondia a uma faia derrubada quinhentos anos atrás. A sua parte central tinha-se convertido em húmus. As células precisam respirar e alimentar-se, mas, ao não terem folhas, não poderiam ter feito a fotossíntese. Então, as demais faias próximas teriam passado

ECO-REBEL

os açúcares através das raízes a essa árvore necessitada. Uma floresta é uma comunidade de árvores que mantêm relacionamentos; se só se ocupassem de si próprias, muitas morreriam. Esta evidência vem lembrar-nos que uma ótica ecologista não deveria outorgar consideração especial aos animais, mas centrar-se em desenvolver o termo especismo em todas as direções. Outras aproximações filosóficas contemporâneas caminham, mesmo sem serem exclusivamente ecologistas, nesta direção. A *ontologia orientada a objetos* de Graham Harman, por exemplo, sustenta que os objetos existem independentemente do olhar humano, questionando assim os privilégios antropocêntricos, uma linha que abriu o caminho à *Ecologia Escura*.

Quando falo de vegetalismo não pretendo unicamente introduzir a minha sensibilidade de jardineira, mas também agrupar uma série de iniciativas resistentes que têm a ver com a natureza e que, no entanto, foram, acho, menos habituais no discurso ecologista. Nos anos setenta, Liz Christy elaborou as primeiras bombas de sementes: eram bolas com pepitas de tomate envolvidas em fertilizante e argila. Atirou-as para lugares abandonados de New York com a ideia de se reapropriar desses espaços. Assim nasceu um movimento associativo pioneiro nas hortas comunitárias que agora se encontram em muitas cidades: as *green guerrilhas*. Valorizam a obtenção de produtos frescos e de qualidade em meios urbanos, mas, sobretudo, o tempo partilhado e as dinâmicas de solidariedade e apoio mútuo que a horticultura cria. Aliás, nem todos os precedentes de ativismo vegetalista seriam tão pacíficos. Em muitos lugares do mundo, os povos organizam-se contra as leis dos estados tomando as florestas como refúgio e como símbolo: o grupo camponês de Guerrero no México, o povo cree do Canadá ou o penan do Bornéu, embora também existam movimentos europeus na Renânia ou em Notre-Dame des Landes. A ordenação do território foi um processo violento, que outorgava à engenharia funções militares: tinha de acabar com os obstáculos, da paisagem e humanos. Outros ativismos orientaram-se para a defesa das sementes: a via campesinha (no Brasil na primavera de 2006) fez ouvir a sua voz contra os transgénicos ou nas políticas da água, no Quênia as mulheres do Cinto Verde, com Wangari Maathai à cabeça, decidiram plantar árvores que evitassem a desertificação e assegurassem frutos e lenha nas redondezas. Temos muito a fazer como linguistas a analisar o discurso do nosso relacionamento com o mundo vegetal.

Finalmente, ao praticar a jardinagem, pode-se apreciar até ao final a noção de domínio. Quase todas as nossas práticas interferem com a vida vegetal, apropriam-se dela. Domesticamos sementes selvagens, deslocamo-las para outros enclaves, selecionamos as mais resistentes, pomos tutores, podamos, damos determinada forma a uma sebe. Mas, como os motivos económicos presentes na agricultura costumam desaparecer, a jardinagem oferece um efeito de *feedback*. Damos forma às plantas que, por sua vez, também nos conformam. A sedução mútua entre a jardineira e a planta pode ser vista como uma forma de simbiose: é possível que as plantas tenham que se submeter à tirania do nosso capricho, mas também, ao encarnarem os nossos ideais de beleza ou ao se adaptarem aos nossos gostos, conseguem o seu propósito: expandem-se, colonizam nichos que ficavam longe das suas capacidades e reproduzem-se. É difícil saber quem domestica quem. Para garantir a fecundação elas usam armadilhas como exibir os seus órgãos sexuais e envolvê-los em delicados aromas que subjagam os polinizadores. Igualmente, recorrem ao mimetismo ou imitam o cheiro das feromonas de alguns insetos. Não será tão estranho pensar que, quando atraem a nossa atenção, estão a tratar-nos como emissários da sua propagação. E nós, humanos, ficamos a fazer a mesma função que fazem insetos ou pássaros. A jardinagem, finalmente, oferece um espaço para a contemplação, para a meditação e para a sensualidade, afastado da produtividade ou da eficiência. Se deixarmos de cuidá-lo, o jardim crescerá selvagem em poucas semanas. Se as plantas

deixarem de cuidar quem as cultiva, também o ser humano crescerá selvagem. Pensar assim é pensar em chave vegetal(ista).

4. Ecolinguagens para o Eremoceno

Durante muito tempo, os seres humanos viveram em estreito contacto com o seu território. Conheciam o nome das plantas e dos animais à sua volta, diferenciavam-nos. Obtinham daí, além dos elementos materiais necessários para subsistir, um tipo de saber que perfilava a própria existência: animais potencialmente ferozes ou suscetíveis de serem domesticados, plantas comestíveis frente a outras tóxicas que, dosificadas, podiam curar os males; também espaços para cultivar ou para o lazer. Esse conhecimento com o tempo estaria contido nos dicionários. Às vezes, nas aulas universitárias, tenho perguntado à turma se conhece as plantas chamadas *língua de cervo* ou *língua de vaca*. Em absoluto. Mais grave ainda é que nem os próprios nomes são já significativos porque ignoram como são as línguas desses animais. Os dicionários contêm berros ancestrais que já não podem ouvir.

Não se trata de nostalgia, nem de idealizar um passado bucólico, mais apegado à paisagem, embora confesse eu ter essa sensibilidade. Simplesmente, ninguém protege o que não conhece, daí que a vertente *eco-* em Linguística ligue tão diretamente com a Ética de cuidados. As mudanças sociais das últimas épocas explicam que alguns saberes caíssem em desuso. A casa que se abastecia de substâncias curadoras de males menores já não existe. No capitalismo tardio a indústria farmacêutica cumpriu com o seu cometido de maneira ótima: varrendo a concorrência. Hoje não recorremos a uma infusão feita com tal erva que o sol maduraria nos caminhos; compramos cápsulas numa farmácia com a plena segurança de serem mais efetivas para remediar as dores. Um tipo de conhecimento da paisagem que estava ao nosso dispor umas poucas gerações atrás deixou de operar. Mal reconhecemos os vegetais sob o genérico *ervas* porque brotam espontaneamente e fora do nosso controlo. E voltamos ao começo: ninguém protege o que não conhece. Ninguém o ama. Nem o valoriza. E preferimos a grama de um campo de futebol – um monocultivo – à diversidade de um prado.

O conhecimento direto do mundo natural faz parte da história dos povos aborígenes, também dos aborígenes que fomos noutra época. Nesse contexto, a perspetiva eco-linguística é especialmente cultivada naquelas partes do mundo onde a modernidade chegou forçada por processos de colonização: as/os linguistas trabalham a toda a pressa inventariando línguas perdidas ou em via de extinção. Como se tivessem vocação missionária, tentam reavivar os vínculos dessas comunidades com o seu passado ancestral num labor entreverado de estratégias antropológicas e semânticas. Assim, muitos animais australianos com aparência de ratazana estão a receber nomes novos para serem salvos da extinção. Têm problemas de imagem ao terem sido denominados *ratos* quando em absoluto estão emparentados com os roedores chegados àquele continente nos barcos que saíam de portos ocidentais nos últimos centos de anos. O uso de nomes inapropriados determinou que a população local tentasse exterminar muitas variedades de marsupiais que nem competiam com o ser humano pelo alimento, nem lhe transmitiam doenças. Em resposta, uma Linguística com compromisso ecológico restaurou uma listagem de duas mil palavras aborígenes australianas com as que historicamente eram denominados. Ressuscitar essas palavras faria parte de uma estratégia do ativismo ecológico para conservar as espécies correspondentes.

Uma segunda orientação eco- em Linguística ocupa-se de reavivar as línguas do mundo, já que estamos a experimentar uma extinção em massa da diversidade cultural e idiomática precedente. Como os negacionistas da mudança climática, ainda muitas/os especialistas em línguas consideram que o problema não é assim tão grave: as línguas, insinuam, morreram sempre. E, às vezes, põem o exemplo do latim sem perceberem o erro monumental que aflora de imediato porque o latim se diversificou nas línguas românicas, mas a maior parte da nossa diversidade linguística atual está a perder-se irremissivelmente. Em 1992 Michael Krauss dava a voz de alarme quando assegurava que 95% das línguas faladas no final do século XX iriam perder-se ao longo do XXI. Só então a Linguística, imersa em polémicas de gabinete, tomou consciência da extinção reconhecendo que as línguas mais estendidas no mundo, como o inglês ou o espanhol, acabam por fagocitar outras. Mas a tipologia das línguas ameaçadas é normalmente mais variada da registada em Botânica ou Zoologia. O kalispel está ameaçado porque a sua pequena população é uma minoria étnica. Porém, as línguas menorzadas da Europa, como o galego na Galiza, apesar de teoricamente protegidas pela legislação, experimentam dificuldades para passar à seguinte geração pela forte pressão de línguas de melhor saúde. Finalmente, uma língua perfeitamente viva como o islandês é considerada ameaçada de morte *digital*: a sua presença no mundo cibernético das redes é escassa, porque só tem 350 mil falantes que usam com frequência o inglês na escrita. Ameaças diferentes complicam, em consequência, o panorama teórico. Um último ramo dos estudos eco-linguísticos estuda, como estamos a fazer hoje, a ecologia como assunto filosófico e a nossa capacidade de formular ideias diversas em um mundo a cada vez mais instalado no pensamento único.

O giro eco- implica exigir da/do linguista um compromisso ativo com o seu objeto de estudo. No caso da morte de línguas esta perspetiva híbrida parece a única possível para assegurar a sobrevivência de sistemas culturais que estão a desaparecer perante os nossos olhos com rapidez. Embora a veta iniciada por Darwin acabasse com a ideia de que Deus tivesse colocado o planeta ao nosso dispor, o antropocentrismo permaneceu. Vestida com as honras de ser o produto mais acabado da evolução, a espécie humana interveio na natureza, alterando os relacionamentos entre os ecossistemas e a qualidade da biosfera. Como em qualquer outro processo de dominação importa, e muito, como falemos dele. Essa é a base de uma investigação eco-linguística que não significa outra coisa que comprometida com a diversidade do legado que ainda temos. No Antropoceno, como muitos chamam a nossa época ou no Eremoceno, a nova denominação que significa “a era da solidão”, devemos reconhecer que estamos a ficar a sós no planeta. A sós com o nosso plástico e o nosso lixo.

5. A humusidade

O húmus é um símbolo de grande capacidade artística. Donna Haraway, a voz do ciberpunk, define-se como alguém que faz compostagem demonstrando que as práticas ecológicas impregnam todos os espaços do pensamento. Quem composta fixa-se no minúsculo, entende os ciclos, devolve à terra o que dela absorveu. Quem composta alimenta as plantas do jardim porque não as contempla como seres que simplesmente vegetam. Quem composta deixa madurar os detritos até se tornarem em terra nutritiva. Quem composta está lá, no húmus, a fazer o exercício de se descarregar da habitual soberba humana para agradecer o seu ofício às minhocas. “Habitamos humusidades, não humanidades. Filosófica e materialmente, sou uma compostista, não uma pós-humanista”, diz Haraway.

ECO-REBEL

Após ter gerado tanta massa crítica, a Ecologia aparece hoje miniaturizada. Cresceu em círculos científicos, políticos ou filosóficos que se dispuseram a manter intermináveis debates conceituais enquanto o tempo corria na nossa contra. Perdeu eficácia à medida que se tornava num corpo doutrinal, excessivamente normativo ou dulcificado pelas administrações. Mas ainda tem uma dimensão artística que se aprecia na sua capacidade de comover, na rebeldia criativa. Se cuidar do planeta é imprescindível, cabe lembrar-nos de que as legislações dos estados só permitem adotar crianças. Por acaso seria possível legalmente adotar uma montanha ou uma mina, para que alguns santuários não tivessem que sucumbir aos interesses industriais? Estas adoções seriam um exemplo de criatividade e uma política do húmus que nos colocaria, como espécie, fora de foco.

A simplicidade voluntária na existência, a frugalidade, o respeito ao território e aos seres que o habitam conformam a base comum a todas as ecologias. Todas são políticas. Todas implicam trabalharmos menos para termos menos materialmente e recuperar tantos prazeres e tantas liberdades perdidos. Todas podem reduzir-se a húmus. Seria uma forma de limar a ferocidade das suas diferenças. O húmus é aquilo de que a natureza se desprende e que, simultaneamente, a enriquece. Está feito de substâncias variadas, daí o seu poder nutritivo e vivificador. Na passagem pelo solo torna-se em fertilizante pelo trabalho cooperativo doutros seres minúsculos e aparentemente desimportantes. A humusidade é cooperação pela vida. Implica transformar-se, não se instalar em essências fundamentais, mas absorver os sucos, modificar a acidez e madurar. No caso humano exige aperceber-nos de que o nosso lugar não deve ser privilegiado. Assim queria enunciar hoje para vocês o que denomino uma *política do húmus*. Porque bebe de todas as tradições ecológicas, o húmus é um conceito heterogéneo e descrito e, de alguma maneira, a sua política é também uma poética. Surge da convicção de que o tema do nosso tempo demanda superar os sistemas de crenças demasiado ensimesmados e assumir a perspectiva plural de uma multidão híbrida, desafiante, que avança convencida de ser um sujeito biopolítico amplo e capaz, por tanto, de ter muitos olhares que se entrecruzam.

Aceito em 20/12/2022.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 1, 2023.